



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 33/2024, em que são recorrentes **Odair Roberto Chol e Outros**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 73/2024

(Autos de Amparo 33/2024, Odair Roberto Chol, Malick Lopes e Naila Soares Chol v. STJ, Aperfeiçoamento por deficiente indicação das condutas impugnadas; necessidade de separação dos recursos; falta de precisão dos amparos que se pretende obter; necessidade de esclarecimento em relação à medida provisória; e omissão absoluta de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do pedido e da possibilidade de adoção da medida provisória)

Considerando o relatado abaixo e os fundamentos articulados na Exposição anexa, que integra este Acórdão, o JCR Pina-Delgado, o JC Pinto Semedo, acompanhados da JC Substituta, Rosa Martins Vicente, por ausência justificada do JC Aristides R. Lima, decidem, por unanimidade, determinar a notificação dos recorrentes para, dentro do prazo legal:

- a) Precisarem a(s) conduta(s) que pretendem que este tribunal escrutine;
- b) Estando em causa condutas diferentes que não se estendem a todos os recorrentes ou elementos que não se referem a todos, autonomizarem os recursos, através da submissão de peças separadas;
- c) Identificarem claramente os remédios que pretendem obter em forma de amparo;
- d) Em função do que definirem em a), os recursos que terão dirigido aos tribunais que intervieram no processo; todas as decisões judiciais proferidas desde a primeira instância; os documentos oficiais que permitam fixar a data em que foram notificados das mesmas; os requerimentos e/ou os pedidos de reparação

que tenham protocolado logo que tomaram conhecimento das alegadas violações aos seus direitos; a procuração forense que habilita o subscritor da peça a representá-los; os documentos que atestam o que alegam em relação à sua prole e vínculos profissionais.

Registe, notifique e publique.

Praia, 30 de setembro de 2024

José Pina Delgado (Relator)

João Pinto Semedo

Rosa Martins Vicente

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 30 de setembro de 2024.

O Secretário,

João Borges



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

EXPOSIÇÃO

I. Relatório

1. Os Senhores Odair Roberto Chol, Malick Lopes, Naila Soares Chol, não se conformando com o *Acórdão do STJ N.113/2024*, de 02 de julho, que, segundo dizem, indeferiu o pedido de *Habeas Corpus* N. 31/2024, vieram requerer amparo de direitos de sua titularidade, por razões que sumarizam da seguinte forma:

1.1. No proémio da sua peça, depois de citarem alguns dispositivos legais, dizem que o “presente recurso de amparo constitucional trata-se de um pedido de intervenção jurídica, reparação dos direitos fundamentais, reposição da verdade e legalidade jurídica”, porque o “Tribunal recorrido, ignorou por completo as questões jurídicas suscitadas e decidiu em desconformidade com a Constituição e regras processuais”;

1.2. Segue-se um relato de facto com o seguinte encadeamento:

1.2.1. Dizem que foram indiciados da prática de um crime de tráfico de drogas de alto risco, de um crime de lavagem e de um crime de organização criminosa, e sujeitos a prisão preventiva no dia 10 de junho de 2025, medida que consideraram excessiva, desproporcional, desajustada e arbitrária;

1.2.2. Porque, por um lado, o tribunal terá ignorado o facto de a “requerente, a Naila [,] ter ao seu cargo 3 filhos menores, um de 13, [um]de 2 anos e outro de 8 meses”, considerando o mesmo, ao invés, que, como os autos “decorreriam” há cerca de dois anos,

a investigação precederia o nascimento da última criança e, logo, perante as exigências cautelares da situação, a medida era justificada;

1.2.3. Consideram, no entanto, que os fundamentos assentes na declaração de especial complexidade do processo não se aplicariam a esse tipo de situação, o que só podia acontecer se o Tribunal apresentasse fundamentos de facto e de direito para afastar a convocação do artigo 291 do CPP. No seu entendimento, “pelo simples fa[c]to d[e] a mesma ser companheira do coarguido e dos autores terem sido indiciados [há] 2 anos, é ilegal, arbitrário e inconstitucional, por violação do disposto nos termos dos artigos 1º, nº1 do CPP, 32º, nº1, 35º, nº1, 82º, 89º e 90º todos da CRCV”;

1.2.4. Além disso, o despacho não cumpriria os requisitos legais do artigo 275, alínea a), do CPP, sendo, por isso, nulo, pugnando eles pela nulidade do mesmo e a sua consequente restituição à liberdade, o que os obrigaria a “se socorrer ao artigo 26º do CPP, para trazer a colação o disposto nos termos dos artigos 428º nº1 alínea a) do CPC, e artigo 84º do Código de [R]egisto [C]ivil”. No caso, o despacho não identifica os arguidos, o que constituiria violação dos seus direitos fundamentais;

1.2.5. Por essas razões, requereram *habeas corpus*, mas o mesmo foi julgado improcedente, tal como a petição de reparação de direitos que dirigiram ao STJ.

1.3. Sem desenvolver, dizem que “por fundamentos que dão aqui por integralmente reproduzidos”, consideram que vários direitos de sua titularidade foram violados, nomeadamente a liberdade e a presunção da inocência.

1.4. Trazem considerações alusivas à admissibilidade, sustentando que:

1.4.1. Teriam legitimidade e as questões colocadas serviriam para proteger os direitos fundamentais violados pelo tribunal recorrido;

1.4.2. O recurso seria tempestivo;

1.4.3. Cumpriram todos os requisitos formais e pediram previamente reparação.

1.5. Salientam que, neste caso, o que pretendiam ver escrutinado seriam as questões/conduitas referentes:

1.5.1. À obrigatoriedade de cumprimento das formalidades do artigo 275 do CPP;

1.5.2. E o dever de fundamentação para afastar as exceções do artigo 291, do CPP.

1.6. Em relação ao pedido da aplicação da medida provisória, depois de transcreverem um conjunto de normas legais, sustentam que:

1.6.1. “Face ao desfasamento temporal e violação dos limites impostos”, a manutenção dos recorrentes em prisão preventiva seria ilegal;

1.6.2. “Prejuízos nefastos” resultam da privação das suas liberdades, não só os resultantes da prisão, como prejuízos patrimoniais, inclusive por terem filhos menores ao seu cargo e por terem trabalho fixo e remunerado;

1.6.3. Concluem com a proverbial fórmula, “o sofrimento, a dor, [a] angústia, por estarem em prisão ilegal, por fato na qual a lei não permite, tudo isso, não existe nenhum valor monetário passível de reparar, ressarcir esses danos, que provocou e continua a provocar na vida dos recorrentes e dos quatro filhos menores”.

1.7. Finalizam a peça, pedindo que seja:

1.7.1. Admitido o presente recurso de amparo constitucional;

1.7.2. Concedida a medida provisória requerida;

1.7.3. Escrutinado e decidido sobre obrigatoriedade do cumprimento das formalidades legais do artigo 275º do CPP e o dever de fundamentação para afastar as exceções do artigo 291º do CPP;

1.7.4. O pedido julgado procedente e consequentemente revogado o *Acórdão N. 113/2024, de 02 de julho*, do STJ, com as legais consequências;

1.7.5. Restabelecido o direito à liberdade e as garantias fundamentais violadas (presunção de inocência e do contraditório e à liberdade);

1.8. Dizem ter juntado duplicados legais, protestam juntar documentos, e deixaram contatos, nº de telefone e mail;

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12º da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público, para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os autos estariam desprovidos de documentos necessários para se aferir da veracidade dos fatos alegados pelos recorrentes na peça, e que também não se encontram apensos os autos onde foi proferida a decisão de que se recorre.

2.2. Os recorrentes alegam ter impetrado o presente recurso contra o *Acórdão N. 113/2024*, mas, no entanto, sem que tivessem juntado aos autos a cópia da certidão de notificação, não se consegue aferir da tempestividade do mesmo, e, além disso, que, sem esses elementos, seria impossível, sem acesso aos autos, “verificar se realmente houve as omissões reclamadas pelos recorrentes”.

2.3. Daí promover entendimento de que o amparo constitucional interposto carece de aperfeiçoamento, nos termos do artigo 8º, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no

Boletim Oficial, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC

Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples

petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer

os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de

parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão;

2.3.5. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, os recorrentes, além de terem apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluíram uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integraram um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos;

2.3.6. Dito isto, porém, ressalta à vista que, a) o recurso é obscuro em relação às pretensões dos recorrentes; b) não se consegue identificar com precisão os amparos que se almeja obter e, c) o mesmo não está instruído de todo.

3. Primeiro, quando à delimitação do objeto que cabe exclusivamente aos recorrentes,

3.1. O melhor que se consegue aceder é o segmento em que dizem que “(...) deve ser o presente recurso (...) escrutinado e decidido (obrigatoriedade do cumprimento de formalidades legais, mormente a identificação do arguido, artigo 175, do CPP, e dever de fundamentação para afastar as exceções do artigo 291, do CPP)”, uma técnica que este órgão judicial, vezes sem conta, já disse que não é a forma adequada para se construir condutas sujeitas a impugnação, na medida em que o Tribunal Constitucional não oferece pareceres, nem se entretém com questões teóricas em sede de recurso de amparo;

3.2. E que conjugada com o conteúdo do seu arrazoadado não permite que se identifique claramente qual a conduta concreta do órgão judicial recorrido que terá violado direitos de sua titularidade, posto que vão falando de um despacho, que se desconhece, e pouco fazem para ligar o ato concretamente impugnado e o pressuposto da sua impugnação, limitando-se – numa atitude que denota um grande facilitismo de sua parte – a remeter aos fundamentos que dariam por integralmente reproduzidos, como se

tivessem tal poder e não lhes coubesse identificar claramente o teor das suas razões, até porque, decididamente, não deverá ser o Tribunal a fazê-lo.

3.3. De resto, resulta patente que as potenciais condutas não abrangem todos os peticionários, nomeadamente porque o artigo 291, alínea a), do Código de Processo Penal, só a um dos coarguidos pode beneficiar, o que impõe, segundo a jurisprudência deste Tribunal, que o seu pedido de amparo seja autonomizado dos demais, considerando que se está perante um meio de tutela “pessoalíssimo” (*Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, 3.2; *Acórdão 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, 3.5.4; *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 5.4, *Acórdão 25/2020, de 17 de julho, Justino Lopes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2150-2152, 4), pois mesmo que estimado, beneficia somente os que foram prejudicados concretamente pela conduta lesiva. Conforme a Corte Constitucional tinha assentado através do *Acórdão 17/2022, de 19 de abril, Kely Lopes e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de junho de 2022, p. 1586-1590, 2. “Compulsados os autos, verifica-se que os recorrentes, coletivamente, atribuíram à Se[c]ção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que julgam ser de sua titularidade, como se o recurso de amparo fosse acionável por via de um litisconsórcio. Ora, o recurso de amparo enquanto mecanismo de proteção de índole pessoal requer que a iniciativa de o implementar seja assumida singularmente, pelo que se exige que cada titular de direito identifique as condutas e as impute individualmente à entidade a quem se atribui a responsabilidade pela violação”.

3.4. Especificamente, como assentou esta Corte Constitucional, quando se traz ao seu conhecimento “a impugnação de condutas potenciais que não se projetam da mesma

forma sobre todos os coarguidos e que carecerão de uma determinação autónoma”, nomeadamente porque “o recurso ordinário não foi colocado da mesma forma em relação a todos, e, em consequência, a decisão recorrida não incide sobre todos os coarguidos do mesmo modo, nomeadamente quanto à fundamentação da mesma” (*Acórdão 40/2024, de 16 de maio, Pedro dos Santos da Veiga v. STJ, Inadmissão por não-atributibilidade de conduta a órgão judicial recorrido e por manifesta ausência de violação de direito, liberdade e garantia*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 27 de maio de 2024, pp. 1178-1187, 2.3.5), as dificuldades de separação das condutas e os efeitos diferenciados impõe a sua autonomização.

4. Segundo, limitam-se a requerer que seja revogado o Acórdão 113/2024 do STJ, com as legais consequências e o restabelecimento dos direitos violados, fórmula por demais genérica, que não permite que o Tribunal Constitucional identifique quais seriam o(s) remédio(s) específico(s) que pretendem obter.

5. Terceiro, ressalta à vista que o recurso de amparo não está instruído, nos termos da lei, optando os recorrentes por não fazer constar dos autos, um único documento sequer, nem mesmo a procuração que habilita o subscritor da peça a representá-los, o que é espantoso.

5.1.1. A Lei do Amparo e do *Habeas Data* é autossuficiente nesta matéria, cabendo, à luz do artigo 8, número 3, ao recorrente obter e juntar os documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido. Sob pena de inadmissão do recurso deverá fazê-lo com a petição inicial ou instado por acórdão de aperfeiçoamento do Tribunal Constitucional até ao prazo previsto pela própria lei;

5.1.2. Os recorrentes têm um prazo judicial de vinte dias para interpor um recurso de amparo, o qual registre-se, não sobe nos autos. Logo, possuem tempo suficiente para requerer a certidão de todo o processado caso entendam conter elementos que o Tribunal Constitucional deva considerar ou para juntar toda a documentação que julguem necessária para efeitos de apreciação do amparo. Sendo eles os principais interessados na obtenção da tutela não caberá certamente a este Tribunal fazê-lo em seu nome, sobretudo considerando que, na maior parte dos casos, são documentos que têm ou deveriam ter na sua posse;

5.1.3. E, com efeito, a não junção de documentos pertinentes à aferição de admissibilidade, além de dificultar um pronunciamento informado do Ministério Público a esse respeito, priva o Tribunal Constitucional de aceder a elementos indispensáveis para promover esse juízo, nomeadamente porque não se trata de recurso que suba nos autos. Por essa razão, integram o recurso de amparo todos os documentos necessários à aferição de admissibilidade, de tal sorte que ele seja autossuficiente no sentido de o Tribunal Constitucional poder decidir sobre a admissibilidade com base exclusiva naquilo que for autuado. Ademais, o recurso de amparo é um recurso célere, que não se compadece com a necessidade sistemática de esta Corte requisitar autos ou certidões de peças processuais aos tribunais judiciais, perdendo tempo e onerando desnecessariamente esses órgãos de soberania, para obter peças que já estão na posse dos recorrentes, os principais interessados, e que devem obrigatoriamente acompanhá-lo. Por conseguinte, quem deve carrear para os autos as peças que sejam necessárias à aferição de admissibilidade são os próprios recorrentes, sendo exigência incontornável que, no mínimo, e desde o momento da interposição, juntem cópias das peças que protocolaram ou que lhes foram notificadas, nomeadamente, a decisão recorrida, a certidão de notificação, as decisões proferidas pelos órgãos judiciais e que contenham os atos ou omissões que julguem terem violado os seus direitos, os pedidos de reparação que tenham apresentado e o mandato forense que habilita a representação.

5.2. Consta-se, com efeito, uma falta absoluta de documentos necessários a instruir o recurso, conduzindo a situação em que o Tribunal não tem elementos para verificar se os pressupostos, gerais e especiais, de admissibilidade estão presentes, se existe a possibilidade de ter havido violação de direitos, liberdades e garantias e menos ainda consegue se pronunciar sobre a medida provisória requerida, sendo inexplicável como é que pretenderiam obtê-la se faz parte da apreciação da mesma, o bem fundado das suas alegações de fundo, o célebre *fumus boni iuris*. Isso porque, não se tem acesso:

5.2.1 A nenhum dos acórdãos do STJ a que se referem, nem mesmo o que conteria a(s) conduta(s) impugnada(s);

5.2.2. Às certidões de notificação dos mesmos;

5.2.3. Ao pedido de *habeas corpus* que terá sido indeferido e ao pedido de reparação que colocaram na sequência da tomada de conhecimento da decisão do tribunal recorrido;

5.2.4. Ao despacho que vão referindo ao longo da peça, bem assim como as reações processuais que terão promovido na sequência do mesmo;

5.2.5. À procuração forense que confere o poder de representação;

5.2.6. A documentos que comprovem o que se alega em termos das informações que prestaram sobre a sua prole e a respeito das suas atividades profissionais.

6. Inexistindo, pelo exposto, condições para a aferição da admissibilidade do pedido, para que a instância prossiga, torna-se indispensável determinar o aperfeiçoamento da indigente peça no sentido de os recorrentes construírem devidamente a(s) conduta(s) que pretendem que o Tribunal Constitucional escrutine e especifiquem o modo como elas são atribuíveis ao órgão judicial recorrido, autonomizem o recurso de amparo da Senhora Naila Sofia Ramos Soares Chol, e juntem todos os documentos necessários à verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade e de adoção de medida provisória, nomeadamente as decisões judiciais proferidas desde o despacho de decretação da medida provisória que mencionam, os meios de reação processual que utilizaram contra essa decisão e os arestos que terão sido prolatados na sequência, a súplica de *habeas corpus* que suplicaram e respetiva decisão, o pedido de reparação colocado e o acórdão que o apreciou, as certidões de notificação correspondentes, bem como a procuração forense competente.

7. Em seguida,

7.1. Submetida a peça de aperfeiçoamento e juntados os documentos determinados pelo Acórdão o recurso poderá ser analisado para efeitos de admissibilidade pelo Tribunal, nos termos da lei;

7.2. Não sem antes se remeter esses elementos ao Ministério Público para que esta entidade possa emitir, informadamente, o seu parecer, considerando as peças e elementos supramencionados.

8. É o que se promove para apreciação sumária na próxima conferência.

Praia, 25 de setembro de 2024

José Pina Delgado (Relator)